

Introdução

A política fluminense tem uma grande lacuna: poucos estudos referem-se ao período republicano do antigo estado do Rio de Janeiro. Esta lacuna existente na História fluminense deve-se em grande parte ao fato da Cidade do Rio de Janeiro ser a capital do país e centro das atenções neste período. Neste aspecto, citamos como obras relevantes os trabalhos de Marieta de Moraes Ferreira sobre a política fluminense na Primeira República e de Surama Conde Sá Pinto, que abordam a formação do grupo nilista no estado.

De forma correlata à escassez de trabalhos sobre o Estado, poucos estudos se apresentam sobre o seu mais destacado político: Ernani do Amaral Peixoto. Político de grande projeção no cenário nacional, Amaral Peixoto foi “esquecido” por grande parte dos historiadores. Sobre sua trajetória política, existem apenas dois trabalhos realizados até o momento: o livro “Tempos de Amaral”¹, elaborado por Regina da Luz Moreira e a tese de Doutorado de Silvia Pantoja². Entretanto, o foco principal destes trabalhos é a administração do interventor e governador.

A chegada de Amaral Peixoto ao estado do Rio de Janeiro ocorreu em 1937, com a indicação de Getúlio Vargas para que ele ocupasse o cargo de Interventor Federal no Estado. Foi durante este período autoritário que Ernani do Amaral Peixoto apareceu no cenário político com maior destaque. Ao assumir a interventoria do estado do Rio de Janeiro, Peixoto desempenhou um papel importante em âmbito estadual e nacional, ganhando destaque na política brasileira. Como homem de confiança do chefe do executivo nacional, Amaral Peixoto foi um dos poucos interventores que ocuparam este posto durante todo o período do Estado Novo, sendo um dos articuladores do processo de democratização política do país em 1945, juntamente com Marcondes Filho, Agamenom Magalhães e Benedito Valadares.

Amaral Peixoto ingressou ainda jovem na política, incentivado por seu irmão Augusto, que havia participado dos levantes tenentistas da década de 1920.

¹ Regina da Luz Moreira. **Tempos de Amaral**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do estado do Rio de Janeiro, 2005.

² Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. Tese de Doutorado. Niterói: 1995.

Após estes levantes, Amaral Peixoto passou a participar de reuniões políticas e esteve presente nas articulações que visavam organizar o movimento revolucionário de 1930. Sua primeira participação efetiva na política ocorreu em 1933, quando se filiou ao Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF) e ocupou o cargo de chefe de gabinete do prefeito Pedro Ernesto Batista.

Este foi o primeiro passo de uma trajetória de cinco décadas na política brasileira e, sobretudo, fluminense. Além do cargo de interventor federal entre 1937 e 1945, foi deputado constituinte em 1946 e exerceu mandatos em três legislaturas federais (1946-51, 1963-67 e 1967-71), governador do estado do Rio de Janeiro (1951-55), embaixador brasileiro nos Estados Unidos (1956-59), titular dos ministérios do Tribunal de Contas da União, da Viação e da Reforma Administrativa (entre os anos de 1959 e 1963) e senador da República entre 1971 e 1987.

Ao assumir o cargo de interventor federal no Rio de Janeiro, Amaral Peixoto encontrou o estado em uma situação complicada, seja no plano político ou no econômico. Na política, havia uma enorme discordância de interesses, resultando na criação de diversos partidos até a instalação do Estado Novo.³ Na economia a situação não era menos problemática, pois o estado ainda não havia conseguido se reerguer definitivamente após a grande depressão de 1929. Estes fatos só comprovam a habilidade política e administrativa de Ernani do Amaral Peixoto, que criou um grupo capaz de se sustentar no poder e minimizar as disputas políticas, além de alavancar a economia fluminense. O ano de 1946 é o início da consolidação do domínio deste grupo político. Entre 1946 e 1951, Amaral Peixoto controlou a política estadual sem estar diretamente envolvido no executivo, pois exerceu mandato de deputado federal. O terceiro momento compreende os anos entre 1951 e 1955, quando retornou ao Palácio do Ingá para sua segunda administração no Rio de Janeiro, transformando o amaralismo e o pessedismo em referências políticas fluminenses.

O período que pretendemos investigar neste trabalho compreende os anos situados entre 1937 e 1955, quando Amaral Peixoto consolidou seu domínio na

³ Tendo em vista as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933, foram criados diversos partidos no estado do Rio de Janeiro. Merecem destaque aqui a União Progressista Fluminense, o Partido Socialista Fluminense, o Partido Popular Radical, a reorganização do Partido Republicano Fluminense e o Partido Evolucionista, que dominaram a Assembléia durante este período.

política fluminense. Durante estes anos, o Comandante organizou o PSD-RJ e comandou a formação do grupo amaralista no estado. Nosso objetivo é entender quais foram os mecanismos utilizados por ele para cooptar integrantes para seu grupo político e – conseqüentemente – para o PSD e de que forma conseguiu “enraizar” seu nome na política estadual e nacional.

Este recorte nos remete a três períodos distintos na trajetória política de nosso personagem. O ano de 1937 é o da entrada no cenário político fluminense e o início da formação de seu grupo político, que se prolongou até o fim do Estado Novo, em 1945. Entre 1946 e 1950, Amaral esteve na Câmara Federal, participando da política fluminense como organizador e mediador. Este foi um período importante para seu grupo, pois como líder teve que tentar manter o controle da política fluminense mesmo não estando presente na administração estadual e com um governador que trabalhava contra os políticos amaralistas, visando alcançar o posto de líder político do estado do Rio de Janeiro. Já a partir de 1951, exerceu o mandato de governador do estado, estando à frente das decisões políticas e administrativas do Rio de Janeiro, além de ser o responsável pelas articulações desenvolvidas com prefeitos e lideranças municipais. Entendemos que este governo, até janeiro de 1955, foi o momento da confirmação do amaralismo e do pessedismo como referências da política fluminense.

O período de democratização do país é um momento específico e importante de nossa história política. Com este processo, iniciaram-se as articulações em torno dos políticos mais influentes de cada Estado para a organização dos partidos que disputariam as próximas eleições. Neste momento, os aliados do Presidente Getúlio Vargas e os interventores articularam-se em torno da criação de um partido forte, capaz de controlar a política nacional e nos estados. Além do PSD, outros dois partidos se destacaram neste processo: o PTB e a UDN. Os principais adversários de Vargas e dos interventores articularam-se na UDN, que se configurou no maior partido de oposição ao varguismo.

Quando se iniciou o processo de democratização após o Estado Novo, o grupo político que viria a constituir o PSD-RJ já estava consolidado, pois era o mesmo chefiado pelo então Interventor Federal fluminense. Vale lembrar que com a democratização, as lideranças que estavam alijadas do poder no Estado poderiam se reorganizar para tentar voltar a ocupar uma posição de destaque no cenário político. Certamente, os principais adversários dos pessedistas neste

momento seriam os partidários de Macedo Soares, que dominavam a política fluminense antes da chegada de Amaral Peixoto. Como aliado de Vargas, Amaral enfrentaria os udenistas como principais adversários na política estadual a partir de então (é bom lembrar que esta oposição era ainda mais aguda no caso fluminense, já que ao chegar ao estado para assumir a interventoria o Comandante utilizou-se da aproximação com os macedistas para controlar a política e formar seu grupo e logo depois rompeu a aliança que havia sido costurada em 1937).

1.1. Entre cartas, negociações e idéias: caminhos para a formação do amaralismo.

O trabalho que pretendemos desenvolver tem quatro importantes frentes de documentação a serem analisadas: o arquivo privado de Ernani do Amaral Peixoto, o arquivo do Partido Social Democrático do Rio de Janeiro, a entrevista concedida pelo líder político a pesquisadores do CPDOC e o material de propaganda desenvolvido pelos correligionários do “Comandante” no período eleitoral (mais especificamente para as eleições de 1950, quando Amaral Peixoto candidatou-se ao governo do estado, para a sucessão de seu antigo aliado Edmundo de Macedo Soares).

Nas últimas duas décadas, os arquivos privados tornaram-se fontes muito utilizadas pelos historiadores, quando passaram a ser considerados como elementos importantes para a construção de estudos históricos, tal qual os arquivos públicos. O Brasil, não muito diferente, também experimentou um crescimento de trabalhos que utilizam os arquivos privados como documentação principal na última década.

No caso deste trabalho, utilizaremos a correspondência como um espaço de troca de idéias e projetos para a política. Estamos entendendo que as cartas são importantes veículos para a formação do grupo e para sua coesão. Além disso, através destas missivas Amaral Peixoto teve a possibilidade de levar para todo o Estado, a partir de seus aliados nos municípios, o seu modo de conduzir a política.

No Brasil, o interesse pelos arquivos privados manifestou-se nos estudos sobre intelectuais. Contudo, o estudo destes arquivos no âmbito político vem ganhando cada vez mais adeptos e projeção. A escrita epistolar é dotada de traços

peculiares, utilizada como um espaço de sociabilidade, no qual estão presentes a troca de idéias e a construção de projetos. A utilização da correspondência como fonte foi possibilitada pelo alargamento na noção de documento, já que passou a ser vista como um local de entendimento dos processos sociais e, conseqüentemente, uma importante documentação para a investigação e produção histórica.

As cartas permitem que tenhamos acesso às representações elaboradas pela pessoa que as escreve (o missivista assume, ao mesmo tempo, as funções de sujeito e personagem de si mesmo). A correspondência nos permite associar as práticas sociais à subjetividade deste documento, propiciando uma análise do modo como a realidade social é construída e também a observação da relação do indivíduo com o seu “eu” e com os demais.⁴ Afirmamos, então, que a correspondência constitui um “teatro de memórias”, pois os indivíduos passam a construir uma identidade a partir dos seus documentos.

A utilização de correspondência para o estudo das relações políticas tornou-se interessante para identificar as redes de sociabilidade traçadas pelos articuladores da política, uma vez que a correspondência, como já dissemos anteriormente, é um local de sociabilidade e as elites culturais e políticas fizeram dela um local de construção de projetos, debates e pedidos.

No desenvolvimento de um trabalho sobre as correspondências entre políticos, o conceito de sociabilidade elaborado por Maurice Agulhon é significativo. De acordo com este autor, “a sociabilidade é uma categoria descritiva, que serve para designar uma atitude geral das populações ao viver relações públicas, não implicando, necessariamente, uma ligação com associações formalmente organizadas, como as instituições”.⁵ Enfim, entendemos a sociabilidade como o suporte social das formas de politização.

O estudo sobre as sociabilidades teve um crescimento considerável nas duas últimas décadas, concomitantemente ao de correspondência. Entretanto, este conceito existe há algum tempo, apesar de ser utilizado de uma forma mais genérica, quando se referia a qualquer pessoa ou grupos em sociedade, desde que

⁴ Rebeca Gontijo. “História, cultura, política e sociabilidade intelectual”. In: Rachel Soihet, Maria Fernanda Baptista Bicalho, Maria de Fátima Silva Gouvêa (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

⁵ Apud Rebeca Gontijo. **Op. cit.**

imersos em todo e qualquer tipo de laços sociais como agrupamento, socialização e civilização, o que resultou em sua simplificação.

Foi a partir do trabalho de Agulhon que a sociabilidade ganhou destaque e uma crescente utilização como instrumento teórico/metodológico. Este crescimento deve-se a proposta de tratar as sociabilidades através da densidade das associações que se constituíram e as alterações dentro de um recorte espaço-temporal. Para realizar este tipo de abordagem, a análise de dados comparativos e quantitativos se tornou essencial, além do estudo da identidade cultural. Apesar da complexidade, Agulhon considerou importante definir uma tipologia das sociabilidades presentes nas associações de cada período, já que se constituíam em grupos com particularidades bastante específicas.

A correspondência possui lugar de destaque nas relações sociais por ser um dos elementos definidores das redes de sociabilidade, uma vez que são documentos relacionais e dependem necessariamente do outro. A utilização das missivas como instrumento de identificação da sociabilidade está relacionada ao fato de que nelas existem indícios das relações sociais que permitem pensar as redes de sociabilidade. A partir do estabelecimento destas relações nas correspondências entre Amaral Peixoto e os chefes políticos do estado do Rio de Janeiro será desenvolvida esta pesquisa, tornando possível a identificação da rede de relações e as práticas de cooptação para a formação de seu grupo político.

Neste sentido, podemos citar os trabalhos de Angela de Castro Gomes⁶, José Murilo de Carvalho⁷, Surama Conde Sá Pinto⁸, Jorge Ferreira⁹ e Luciana Quillet Heymann¹⁰. Estas cinco produções citadas são trabalhos realizados a partir da análise das missivas enviadas ou recebidas por políticos.

Os trabalhos de Jorge Ferreira nesta área retratam duas situações distintas com relação à vida política de Getúlio Vargas. Em sua primeira publicação nesta temática, aborda as cartas enviadas ao Presidente da República pelos trabalhadores, demonstrando que ele era a instância que a população julgava mais

⁶ Ângela de Castro Gomes (org). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁷ José Murilo de Carvalho. “Rui Barbosa e a razão clientelista”. **Dados**, Vol. 43, n. 1, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

⁸ Surama Conde Sá Pinto. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

⁹ Jorge Ferreira. **Trabalhadores do Brasil; o imaginário popular**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

¹⁰ Luciana Quillet Heymann. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, n.º. 19, 1997.

próxima para encaminhar seus pedidos. Em sua segunda publicação, abordou a relação pessoal entre Vargas e João Goulart no Sul do Brasil, traçando um paralelo desta relação com a carreira política de Jango.¹¹

José Murilo da Carvalho e Surama Conde Sá Pinto abordam dois personagens com atuações destacadas durante a Primeira República: Rui Barbosa e Nilo Peçanha, respectivamente. Carvalho trabalhou com a correspondência de Rui Barbosa com o intuito de analisar sua atuação política, uma vez que ocupou cargos importantes desde o Império, e a relevância das missivas para investigar o fenômeno clientelista, baseando-se nos pedidos de favores enviados ao político (correspondentes a 40% de sua correspondência). Surama Pinto desenvolveu sua pesquisa de forma semelhante. Através das correspondências de Nilo Peçanha, procurou demonstrar as relações entre o político fluminense e os chefes locais, destacando aquelas em que se discutiam as composições de chapas e o controle destes chefes locais sobre os votos.

Luciana Quillet Heymann investigou o arquivo privado de Filinto Müller. Seu objetivo maior neste artigo foi o de demonstrar como os arquivos privados de políticos podem sofrer interferências em sua estrutura e conteúdo, não sendo uma manifestação concreta da memória de seu “proprietário”. Neste caso, a autora demonstrou a preocupação dos familiares do político em desconstruir a imagem de autoritário deixada por ele em razão de ter ocupado o cargo de chefe da polícia do Distrito Federal durante o Estado Novo. Além desta problematização sobre o caráter dos arquivos privados, a autora discutiu também a influência e o prestígio adquiridos por Müller durante o período em que esteve mais próximo ao poder central, uma vez que muitos dos pedidos endereçados a ele não correspondiam à função que exercia.¹²

A produção de Angela de Castro Gomes é a mais diferenciada neste sentido, pois seu personagem central foi o intelectual e político Gustavo Capanema. No artigo “O Ministro e sua correspondência: projeto político e

¹¹ Jorge Ferreira. “As cartas de Jango a Getúlio”. In: Angela de Castro Gomes. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

¹² Luciana Heymann descreve em seu artigo que os pedidos encaminhados a Filinto Muller eram de natureza variada, que podiam ou não possuir relação com o cargo que ocupava. Como exemplo, a autora cita pedidos de empregos e de intercessão em favor de algumas pessoas frente a Getúlio Vargas.

sociabilidade intelectual”¹³, a autora identificou quais eram os principais correspondentes de Capanema e as temáticas recorrentes nas missivas, destacando-se as cartas enviadas por intelectuais e políticos, sendo o assunto mais freqüente os pedidos e os de âmbito familiar. Afirmamos que a produção sobre Capanema era diferenciada das demais porque enquanto político, jamais deixou de lado a sua posição de intelectual, tornando-se um estudo interessante devido ao amalgamento entre as missivas de caráter pessoal e profissional em sua documentação. Além do livro sobre Capanema, a autora organizou “Escrita de Si, Escrita da História”¹⁴, livro no qual estão uma série de artigos que se utilizam dos arquivos privados como fontes principais para estudos acerca de intelectuais e políticos, o que demonstra o progressivo interesse pelos pesquisadores em trabalhar com documentação privada dos políticos.

Os arquivos de Amaral Peixoto e do PSD-RJ estão depositados no CPDOC. Estes arquivos possuem aproximadamente 2000 missivas, dentre as quais cerca de 600 remetem ao recorte temporal de nossa pesquisa. É possível encontrarmos também algumas cartas enviadas pelo interventor nos arquivos de Agamenom Magalhães, Getúlio Vargas e Augusto do Amaral Peixoto. Estes arquivos possuem diversos fundos, separados, em sua maioria, de forma cronológica. É importante destacarmos uma particularidade do arquivo de Ernani do Amaral Peixoto: assim como Gustavo Capanema, o político fluminense por diversas vezes anexava ao telegrama recebido uma cópia da resposta que havia enviado ao remetente do mesmo. Ou seja, analisando este acervo podemos observar não só as cartas remetidas ao Comandante, mas suas respostas e posições acerca dos assuntos sobre os quais era consultado.

A análise das cartas depositadas nos arquivos de Amaral Peixoto e do PSD-RJ nos permite identificar a rede de sociabilidade a partir dos missivistas e a relação que mantêm com cada um deles, já que as formas de tratamento empregadas nas cartas nos indicam o grau de proximidade entre remetente e destinatário. No caso específico dos políticos, as correspondências possuem uma relação de grande de proximidade com o poder público. Uma das temáticas com maior incidência nas missivas destinadas aos políticos são os pedidos feitos por

¹³ Ângela de Castro Gomes (org.). **Capanema: o Ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

¹⁴ Idem. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

populares ou por elementos ligados ao partido, que esperam benesses deste ou do governo, caracterizando estas relações como clientelistas. Nossa abordagem pretende ir além, pois compreendemos que havia um grau de complexidade maior nas relações entre políticos e por parte destes com os cidadãos. Desde os pedidos até o “aconselhamento” de quais seriam os candidatos das localidades ao legislativo municipal ou ao executivo municipal, o que estava em jogo era o controle da política fluminense, legitimado por suas lideranças e, mais adiante, por seus habitantes.

Na correspondência do chefe político fluminense, encontramos um número relativamente grande de missivas destinadas e recebidas por conta de negociações em torno da política local. Entre o período de sua interventoria e o que exerceu o cargo de governador do estado, Amaral Peixoto esteve representando o estado do Rio de Janeiro na Câmara Federal. Mesmo estando um pouco mais distante da política estadual durante os quatro anos de seu mandato, a correspondência do período nos indica que Amaral Peixoto continuava sendo a referência para as lideranças locais, inclusive intermediando as indicações para as eleições municipais que ocorreram neste período.

Desta forma, o arquivo privado de Ernani do Amaral Peixoto nos permite um estudo mais detalhado sobre as articulações políticas do estado, uma vez que demonstra uma série de negociações entre as lideranças municipais e estaduais do grupo amaralista e, posteriormente, pessedista.

As entrevistas também são fontes importantes para a realização deste trabalho. Como já afirmamos anteriormente, nem sempre temos acesso a correspondência enviada pelo nosso personagem principal. Entretanto, as entrevistas podem suprir algumas lacunas importantes. Além de preencher estes espaços, as entrevistas foram indispensáveis para a construção da memória acerca de Amaral Peixoto, explorada no primeiro capítulo. A partir delas, foi possível a construção da imagem do líder político fluminense e suas principais “virtudes” e “defeitos” ao conduzir seu grupo.

A entrevista concedida por Amaral Peixoto aos pesquisadores do CPDOC durante a década de 1980 foi muito útil no decorrer da pesquisa e na construção de nossa argumentação. Desta forma, o confronto desta entrevista com as cartas depositadas nos arquivos de Amaral Peixoto e do PSD-RJ, será de grande valor para o desenvolvimento deste trabalho, auxiliando na interpretação destas

missivas, haja visto que muitas delas estão sem as respostas do líder político. Através da utilização destas duas fontes, teremos um quadro mais preciso do jogo político elaborado pelo Comandante na política fluminense durante o período que pretendemos investigar.

O material de propaganda do governo Amaral Peixoto será relevante para demonstrar como o político construiu sua imagem perante a população do estado do Rio de Janeiro, assegurando seu lugar na memória coletiva fluminense. Entre estas publicações, encontramos o livro publicado por Heitor Gurgel, que havia sido secretário de Amaral na interventoria em 1950 (ano das eleições para o governo do Estado), no qual ressalta a importância do período em que nossa personagem esteve à frente da interventoria fluminense, destacando as realizações mais importantes do interventor. O que visamos demonstrar com a utilização destas fontes é a imagem que Amaral Peixoto tentava passar aos fluminenses, sempre em momentos estratégicos da política, para manter seu grupo no domínio da política estadual.

Assim sendo, temos como principais fontes de nosso trabalho a correspondência de Ernani do Amaral Peixoto, que nos indica os meandros da política e suas articulações. Além delas, a entrevista e o material de propaganda elaborado pela equipe do chefe político em momentos estratégicos nos auxiliam no sentido de entender melhor a dinâmica que estava sendo estabelecida para formar um forte grupo político e consolidar a imagem de Amaral Peixoto frente aos fluminenses, transformando o amaralismo em referência política do Estado.

Ernani do Amaral Peixoto foi, como já afirmamos anteriormente, em parte, esquecido pelos historiadores e cientistas políticos nos últimos anos. Suas décadas de liderança no Estado do Rio de Janeiro foram deixadas de lado pelos pesquisadores após a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Com esta fusão, ocorreu o embate entre amaralistas e chaguistas, do qual saiu vitorioso o grupo liderado por Chagas Freitas, líder político do estado da Guanabara e, conseqüentemente, da Cidade do Rio de Janeiro. Sobre sua trajetória na política, como já foi mencionado, temos apenas dois trabalhos, sendo apenas um deles publicado.

O primeiro é a tese de doutorado apresentada por Silvia Pantoja, “Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto”. Segundo a autora desta tese, sua intenção era dar ênfase na formação do grupo e nos artifícios

políticos para tal prática e na análise de projetos econômicos e sociais desenvolvidos por Amaral Peixoto em suas gestões à frente do executivo fluminense. Com este trabalho, dialogaremos no que diz respeito a formação do grupo político de Amaral Peixoto durante o Estado Novo. A partir das cartas e da entrevista de Amaral Peixoto, poderemos fazer uma leitura acerca de sua entrada na política fluminense.

Acerca das questões administrativas, optamos por não fazer uma abordagem sobre este tema. Pantoja faz interessantes ponderações sobre as realizações de Amaral Peixoto no tocante a recuperação econômica do Estado, sobre a recuperação do setor produtivo e também a respeito da modernização da infra-estrutura, com destaque para os planos rodoviários e de eletrificação.

Na parte final de seu trabalho, Pantoja destaca ainda a derrocada do pessedismo amaralista, entendendo como seu início a eleição de Roberto Silveira como governador e a autonomia conquistada por vários membros de seu grupo, que haviam criado suas próprias bases eleitorais nestas quase duas décadas em que o amaralismo esteve sempre presente nas principais negociações políticas estaduais.

O Livro “Tempos de Amaral”, de Regina da Luz Moreira, foi publicado em 2005 pela Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, faz parte da coleção Memória Fluminense e foi publicado pouco antes do centenário de Ernani do Amaral Peixoto. Esta obra tem por característica a construção de uma “linha do tempo” do seu personagem central, fazendo uma pequena biografia do ex-interventor e governador. Regina Moreira utiliza-se, principalmente, da entrevista concedida por Amaral Peixoto para traçar suas principais ações nos âmbitos político e administrativo e também sobre sua trajetória familiar e na Marinha, destacando a forma pela qual foi inserido na política por intermédio de seu irmão Augusto do Amaral Peixoto.

Nosso trabalho apresenta diferenças marcantes em relação aos dois apresentados até aqui. O trabalho de Silvia Pantoja tem uma dimensão de análise dos governos de Ernani do Amaral Peixoto no Rio de Janeiro, analisando de que forma o governante conseguiu reerguer o Estado economicamente e organizar sua administração. Já o trabalho de Regina Moreira busca (re)construir a trajetória de Amaral Peixoto através de uma organização comentada da entrevista concedida a Aspásia Camargo. Neste trabalho, estamos voltados para os atos estritamente

políticos de Ernani do Amaral Peixoto, independente da função que estivesse exercendo. Iremos narrar a constituição do amaralismo como grupo político entre 1937 e 1955, com ênfase na correspondência, visando apontar a existência de um compartilhamento de práticas políticas.

O Capítulo I, *As “Memórias” do Comandante*, tem por objetivo apresentar ao leitor as memórias construídas sobre Ernani do Amaral Peixoto. Neste capítulo, abordaremos a memória construída sobre o político Amaral Peixoto, a partir de entrevistas de aliados e opositores do Comandante, além das suas próprias memórias.

O capítulo seguinte, *A formação do grupo amaralista*, apresenta de que forma Amaral Peixoto foi inserido na política fluminense e quais são suas estratégias para arregimentar aliados e conquistar apoio para sua gestão durante o período de interventoria, na qual ficou durante todo o período do Estado Novo apesar de ser um período extremamente agitado politicamente na maioria dos estados brasileiros com uma grande rotatividade de interventores no cargo.

O terceiro capítulo (*A “raposa” em tempos democráticos*) tratará do período de democratização. Inicialmente um período complicado para os amaralistas, pois a aliança com a UDN para eleger Edmundo Macedo Soares acabou sendo quebrada pelo governador do estado durante seu governo. Desta forma, veremos como Amaral Peixoto e seu grupo articulavam a política sem estar diretamente no poder dentro do estado.

No quarto e último capítulo, *O Comandante de volta ao poder: a campanha de 1950 e o governo democrático de Amaral Peixoto*, analisaremos a volta do Comandante ao governo fluminense. O objetivo deste capítulo é propor uma comparação entre as práticas políticas em tempos democráticos com aquelas do período da interventoria, buscando identificar semelhanças e diferenças entre elas. Além disso, a análise da campanha para o governo do estado em 1950 nos oferece a possibilidade de observar a forma com que se comportava o político que chegou ao poder em 1937 sendo indicado pelo Presidente da República no contato com seus eleitores.

A partir das análises feitas nestes capítulos, concluímos que o amaralismo constitui-se em uma cultura política dominante no estado do Rio de Janeiro, estabelecendo as formas utilizadas pelo Comandante para construir suas relações com os políticos e, mais tarde, com a população fluminense.